

“ABAIXO DE ZERO”: A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO (1846 - 1859)

"UNDER ZERO": THE PUBLIC INSTRUCTION IN ESPÍRITO SANTO (1846 - 1859)

Rodrigo da Silva Goularte

Instituto Federal do Espírito Santo. E-mail: rodrigogoularte@hotmail.com

Artigo submetido em 21/05/2019, aceito em 25/09/2019 e publicado em 23/12/2019.

Resumo: Os relatórios dos presidentes de província do período imperial brasileiro abordavam diferentes temas relativos à administração pública provincial, dentre eles a instrução pública. Nesses documentos da província do Espírito Santo, nos anos 1846 a 1859, encontram-se apontamentos sobre essa temática em duas direções: os significados da instrução pública e os problemas concretos que a cercavam e transpassavam, sendo que o segundo direcionamento dos discursos predominava em relação ao primeiro. Comparando esses relatórios com os produzidos em período anterior, qual seja 1833 a 1844, nota-se um aumento considerável da preocupação dos presidentes de província com as condições materiais da instrução pública. As discussões sobre os significados da instrução pública, referenciados na civilização e na religião, ganham menor espaço nas falas presidenciais se comparadas com o destaque que possuíam no período 1833 - 1844. Para explicar a mudança de perspectiva nesses discursos, desenvolveu-se uma investigação das ocupações profissionais progressas dos presidentes de província dos períodos analisados, descobrindo-se que do primeiro (1833 - 1844) para o segundo (1846 - 1859) período analisados houve um aumento significativo de presidentes que passaram pela experiência de ocupar uma vaga nos legislativos provincial ou nacional, o que expôs essas autoridades aos debates relativos às realidades social, econômica e política regional e nacional como negócios de Estado, incluindo nessas dimensões a instrução pública.

Palavras-Chave: Instrução pública; trajetórias profissionais; presidentes de província.

Abstract: The reports of provincial presidents of the Brazilian imperial period dealt with different subjects related to provincial public administration, including public education. In the reports of the provincial presidents of Espírito Santo from 1846 to 1859, there are notes on this theme in two directions: the meanings of public instruction and the concrete problems that surrounded and transgressed it, and the second direction of the discourses predominated in relation to the first. Comparing these reports with those produced in the previous period, from 1833 to 1844, there is a considerable increase in the concern of provincial presidents with the material conditions of public education. The discussions of public education meanings, referenced in civilization and religion, gain less space in presidential speeches compared to the prominence they had in the period 1833-1844. To explain the change of perspective in these discourses, an investigation into the previous professional occupations of the provincial presidents was developed, and it was found that from the first period analyzed (1833 - 1844) to the second one (1846 - 1859) there was an increase of presidents who had the experience to occupy a vacancy in provincial or national legislatures, which has exposed these authorities to debates relating to social realities, economic, regional and national politics as state business, including public instruction in these dimensions.

Keywords: Public instruction; professional trajectories; provincial presidents.

1 INTRODUÇÃO

Destas observações eu coligi, que o ensino primário nesta província está abaixo de zero; é um ensino negativo, que sem dar nada, ou dando pouco, gasta, e estraga muito (VELLOSO, 1859, p. 142 - 148).

Este artigo contém parte dos resultados da pesquisa intitulada *História da Educação no Espírito Santo (1829 - 1922): poderes e saberes*, aprovada pelo edital quatro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES) de 2017, com vigência de dois anos (2018 e 2019). O projeto tem como escopo analisar as tramas políticas que envolveram a instrução pública no Espírito Santo de 1829 a 1922. Quando se fala em educação formal ou instrução pública, no Império do Brasil, refere-se aos três níveis da estrutura educacional estabelecidos pela constituição de 1824 e pela legislação de 1827. O primeiro nível designava o primário (escola de ler e de escrever), o segundo nível tratava-se do ensino secundário, que ocupava-se das aulas régias; e o terceiro nível, por fim, tratava do ensino universitário (RIBEIRO, 1992, p. 44 - 45). No caso do Espírito Santo, no recorte temporal da pesquisa o ensino superior não foi uma realidade, só se instalando no ano de 1929 (COUTINHO, 1993, p. 72).

Os resultados aqui apresentados referem-se aos dados relativos aos anos de 1846 a 1859. Os anos anteriores a 1846 foram contemplados em dois artigos (AUTOR, 2018; AUTOR, set-dez 2018) já publicados, e a análise neste escrito vai até 1859 por ser o ponto até agora alcançado pela análise das fontes, quais sejam os relatórios produzidos pelos presidentes de província no período recortado pela pesquisa. No recorte temporal aqui analisado, o Brasil vivenciava a consolidação do Estado imperial. Diferente do período regencial, (1831 - 1840),

marcado por revoltas de caráter popular¹ nas capitais e nas áreas rurais² que “[...] se beneficiavam de conflitos entre facções da classe dominante [...]. Após 1848, os liberais com os conservadores abandonaram as armas e se entenderam graças à alternância no governo promovida pelo poder moderador (CARVALHO, 2004, p. 68 e 70).”

Ainda no contexto nacional, no que se refere à instrução pública, em 1854 foi criada uma regulamentação conhecida como Reforma Couto Ferraz. O documento estabelecia as exigências ao exercício do magistério primário: ser brasileiro, maior, ter moralidade e capacidade profissional. Para avaliação deste último item instituía um exame escrito e oral, criando para tal uma comissão de examinadores nomeados pelo Governo. Para o professor secundário, além da obrigatoriedade dos exames públicos, a regulamentação estimulou de diversas formas a evolução do ensino nas escolas particulares e sua reorganização segundo o modelo oferecido pelo Colégio Pedro II. Também instituía a Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município Neutro, diretamente submetida ao Ministério do Império. A nova instância era responsável pela fiscalização e orientação do ensino elementar e secundário, público e particular, na Corte. Ao Inspetor Geral, assessorado pelo Conselho Diretor e por delegados, cabia executar essas tarefas. Ao Conselho Diretor - composto por dois professores públicos e pelo reitor do Colégio Pedro II, e presidido pelo Inspetor Geral - competia o exame e comparação dos métodos e sistemas práticos de ensino, a revisão e proposta dos compêndios,

¹ Revolta dos Cabanos (1832), Cabanagem (1835 - 1840), Malês (1835), Balaiada (1838),

² “Nas capitais revoltaram-se com frequência as tropas de linha, cujos componentes eram na totalidade provenientes das camadas mais pobres da população. Era comum a expressão ‘tropa e povo’ para indicar os revoltosos. Mas foram nas áreas rurais que aconteceram as revoltas populares mais importantes” (CARVALHO, 2004, p. 68).

indicação da necessidade de criação de novas escolas no município e aulas no Colégio Pedro II, além de julgamento das infrações disciplinares docentes. O Regulamento estabelecia também um programa para a instrução primária, fixando as seguintes disciplinas: instrução moral e religiosa; leitura; escrita; noções essenciais de gramática; princípios elementares de aritmética; sistema de pesos, podendo ser complementadas pela Aritmética; História e Geografia; Evangelhos e História Sagrada; Ciências Físicas e História Natural; Agrimensura; Geometria; Desenho linear; Música; Ginástica; Sistema de pesos e medidas. As escolas elementares, a seu turno, foram divididas em dois segmentos: primeiro e segundo graus, devendo no decorrer do segundo grau o ensino voltar-se para a prática (MATTOS & MACEDO, 2000, p. 33 a 57).

A Reforma Couto Ferraz restringia-se à Corte, uma vez que a legislação outorgava aos governos provinciais a regulação da instrução pública. Todavia, conforme Castanha (2007, p. 128), as inovações dessa regulamentação foram aos poucos incorporadas fora do município neutro (onde a instrução pública era responsabilidade do Governo Geral, conforme o Ato Adicional de 1834). Para Bediaga (2017, p. 388), era evidente a intenção de que essa nova regulamentação da instrução pública na Corte fosse “[...] exemplo às províncias e a elas fosse estendida, atendendo à ambição imperial de unificar e controlar a instrução e assim formar os indivíduos em consonância com um projeto de civilização semelhante ao da Europa.”

Essa regulamentação foi instaurada durante a gestão de Luiz Pedreira do Couto Ferraz à frente da

[...] pasta dos Negócios do Império no Gabinete de Honório Hermeto Carneiro Leão, conhecido como Gabinete da Conciliação e considerado, por muitos, fundamental na consolidação do reinado de Pedro

II. [...] Ao que tudo indica, foi o ministro que mais tempo permaneceu nessa pasta e nos quase quatro anos (1853-1857) em que a ocupou foi responsável pela maioria das nomeações do governo central: dos presidentes da província aos cargos da polícia, higiene pública, instrução elementar e superior, entre outras (BEDIAGA, 2017, p. 7).

Antes de ocupar esse importante papel no Estado imperial brasileiro, Couto Ferraz presidiu a província do Espírito Santo de 1846 a 1848. De acordo com Gontijo (2008, p. 19 - 20), a reforma Couto Ferraz assemelhava-se ao regulamento aprovado no Espírito Santo em 1848, uma vez que nessa província também dividiu o ensino primário em dois níveis, chamados de classe. Couto Ferraz foi um dos onze presidentes que governaram o Espírito Santo de 1846 a 1859, período investigado neste trabalho. Ao todo, nesse recorte temporal, foram produzidos treze relatórios por esses governantes. O relatório era apresentado pelo presidente de província à assembleia no fim do mandato, apresentando a situação da província em diferentes aspectos (segurança pública, saúde, rendas...) incluindo a instrução pública. A proposta deste artigo é analisar os significados que esses homens que participavam do processo de consolidação do império do Brasil possuíam a respeito da instrução pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O objeto investigado, a instrução pública, refere-se à educação formal, ou seja o “[...] sistema educacional institucionalizado, cronologicamente graduado e hierarquicamente estruturado, compreendido da escola primária à Universidade (COOMBS & AHMED, 1974, p. 8).” No caso do “sistema educacional institucionalizado” brasileiro, sua formação se deu no oitocentos tendo como parâmetro o modelo francês, sendo

[...] uma educação essencialista, baseada num intelectualismo clássico, formação teórica e evidenciando seu caráter elitista. Com isso, reeditavam a tradição colonial jesuítica e serviam mais aos propósitos da ilustração das elites do que a carência de escola básica pública e gratuita da população (COUTINHO, 1993, p. 70 - 71).

Damasceno, por outro lado, informa que a partir do Ato Adicional de 1834 o Brasil experimentou “[...] um esforço mais significativo para atender à premissa de instruir as ‘classes inferiores’ como tarefa fundamental para a criação de uma nacionalidade própria.” Esse esforço, todavia, se deu por meio da significativa publicação de textos legais a partir das assembleias e presidentes provinciais. Citando Faria Filho (2000, p. 137), Damasceno informa que essas autoridades acreditavam que essa normatização consubstanciava-se na principal forma do Estado ser presente na instrução pública. Por outro lado, essas normas provinciais apontam para o intenso debate relativo à instrução das populações pobres (DAMASCENO, 2017, p. 41). Porém,

[...] as condições das províncias para levar a efeito essa iniciativa eram as piores possíveis, tanto pela pequena capacidade de investimento nessa área quanto pelo pequeno número de pessoas habilitadas ao trabalho do magistério. Comumente, as ‘aulas’ funcionavam nas casas dos próprios professores ou em outros lugares inadequados, seguindo uma metodologia de acompanhamento individual da criança, mesmo que o trabalho se desenvolvesse em turmas [...]. (DAMASCENO, 2017, p. 41)

Para essa precariedade, Damasceno entende que contribuía não apenas a carência material das províncias, mas também “um obstáculo de natureza ideológica: concebia-se a escola como bem desnecessário e prescindível [...] (DAMASCENO, 2017, p. 41).” Ribeiro também entende que a educação

escolarizada no Brasil imperial não foi vista pelas autoridades como prioridade, o que ficou patente no Ato Adicional de 1834. Essa legislação deu mais autonomia política e administrativa para as províncias, ao mesmo tempo que entregava para as assembleias provinciais a competência de legislar sobre a instrução pública, com exceção do ensino superior. Ao mesmo tempo, eram vedadas às mesmas assembleias a proposição e deliberação de assuntos de interesse geral da nação. Para Ribeiro, isso era um indicativo de que a instrução nos níveis elementar e secundário não era considerado “assunto de interesse geral da nação”, não se devendo, por isso, estranhar as deficiências da organização escolar brasileira na primeira metade do oitocentos, como o reduzido número de escolas, limitação de conteúdos e metodologia, falta de pessoal para o magistério e despreparo dos profissionais da educação (RIBEIRO, 1992, p. 46 - 47).

O Ato Adicional de 1834 delegou ao Governo Geral do Brasil a organização da instrução no município neutro e a educação de nível superior em todo território nacional. Para Romanelli, essa forma assumida pelo ensino superior, “mormente o jurídico, de currículo universalista e humanístico, acabou por influenciar ou mesmo condicionar a estrutura do ensino secundário.” Nesses termos, o ensino secundário destinava-se à preparação dos candidatos ao ensino superior (ROMANELLI, 2010, p. 39 - 41). Ainda de acordo com Romanelli,

Esse caráter propedêutico assumido pelo ensino secundário, somado ao seu conteúdo humanístico, fruto da aversão a todo tipo de ensino profissionalizante, próprio de qualquer sistema escolar fundado numa ordem social escravocrata sobreviveu até há pouco e constituiu o fator mesmo do atraso cultural de nossas escolas. [...] O que ocorreu a contar de então foi a tentativa de reunir antigas aulas régias em liceus, sem muita organização. Nas capitais foram criados os liceus provinciais. A falta de recursos, no entanto, que um

sistema falho de tributação e arrecadação da renda acarretava, impossibilitou as províncias de criarem uma rede organizada de escolas. O resultado foi que o ensino, sobretudo o secundário, acabou ficando nas mãos da iniciativa privada e o ensino primário foi relegado ao abandono, com pouquíssimas escolas, sobrevivendo à custa do sacrifício de alguns mestres-escola, que destituídos de habilitação para o exercício de qualquer profissão rendosa, se viam na contingência de ensinar. O fato da maioria dos colégios secundários estarem em mãos de particulares acentuou ainda mais o caráter classista e acadêmico do ensino, visto que apenas as famílias de altas posses podiam pagar a educação dos seus filhos. (ROMANELLI, 2010, p. 39 - 41)

Diante desse cenário nacional relativo à instrução pública na primeira metade do século XIX, importa apresentar as modulações próprias à província do Espírito Santo nas décadas de 1830, 1840 e 1850.

3 PROCESSOS METODOLÓGICOS

Como informado no início, as fontes de pesquisa são os relatórios produzidos pelos presidentes de província do Espírito Santo na primeira metade do oitocentos. De acordo com Schneider,

O exame dos relatórios produzidos pelos presidentes de província pode indicar os modos como os homens públicos projetavam a sociedade e também as apropriações/transformações e usos que faziam das informações/representações, em situações determinadas, do que estava circulando entre uma comunidade letrada. Nesse sentido, os discursos proferidos por esses homens, que habitam estrategicamente locais de poder, são cheios de sentidos e informam sobre as lutas de representações, reconhecimento, diferenciação, delimitação e articulação de um modo de impor

certa concepção do mundo, seus valores e seu domínio. Os relatórios dos presidentes da Província se apresentam como uma fonte interessante para se compreender o debate educacional, porque guardam algumas características peculiares. Eles são construídos tomando-se por base outras documentações, especialmente as que são enviadas aos presidentes por seus subordinados, os diretores das instâncias administrativas da província. Assim, essas fontes são uma espécie de bricolagem de vários outros relatórios [...] (SCHNEIDER, 2011, p. 243 - 244).

Nesses termos, a análise dos mencionados relatórios direcionou-se para o entendimento das “concepções de mundo” e “valores” desses presidentes de província com relação à instrução pública, ou seja, a “forma como enxergavam” essa temática. Para essa tarefa, foram selecionados dos discursos os principais temas recorrentes, agrupando-os por afinidade. Em seguida, a frequência com que esses temas aparecem foi comparada ao período posterior, qual seja 1833 a 1844, constatando-se uma alteração significativa de certos temas, uma mudança nos discursos dos presidentes da província do Espírito Santo no período 1833 a 1844 se comparado com o de 1846 a 1859. Para explicar essa mudança, procedeu-se uma comparação entre as trajetórias profissionais dos presidentes de província do Espírito Santo nesses dois recortes temporais “pois segundo Skinner, para entender um texto ou discurso é necessário compreender o que o seu autor estava fazendo quando o escreveu ou proferiu (apud BONTEMPI JR, 2017, p. 50).”

Os resultados dessa análise, apresentados no item seguinte, “Resultados e Discussão”, foram divididos em duas partes: na primeira, uma descrição dos principais temas relativos à instrução pública presente nos relatórios. Na segunda parte, a discussão do porquê esses temas são frequentes nesses relatórios.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme o trecho de abertura deste artigo, citação do relatório feito por Pedro Leão Velloso, a instrução pública na província do Espírito possuía uma série de problemas, realidade também apresentada nos diferentes relatórios, como baixos ordenados dos docentes, más condições dos locais de aula e falta de compêndios para os alunos. Essa realidade não era uma exclusividade da província do Espírito Santo. Conforme já fartamente documentado pela historiografia dedicada à instrução pública no período imperial brasileiro, a precariedade material na instrução pública era uma constante, conforme Damasceno (2017) e Ribeiro (1992), por exemplo.

Essas informações relativas à precariedade material no tocante à instrução pública já eram relatadas pelos presidentes da província do Espírito Santo nos anos 1833 a 1844. Além da precariedade material, era comum no discurso dos presidentes da província do Espírito Santo no período de 1833 a 1844 a discussão sobre os significados da instrução pública, geralmente referenciados na religião cristã e na civilização, esta última carregada de sentidos como “hábitos polidos e apropriados”, “bom governo” e catolicismo (AUTOR, set-dez 2018). Nas falas dos presidentes do Espírito Santo de 1846 a 1859, a seu turno, essas falas reaparecem. Entretanto, nota-se uma diferença quanto à discussão dos problemas materiais que circundavam a instrução pública na província. Diferença quantitativa, conforme os dados abaixo apresentados:

Tabela 1: Frequência com que problemas materiais relativos à instrução pública são mencionados nos relatórios de presidentes de província do Espírito Santo

Problema material	1833 - 1844	1846 - 1859
Método de ensino	1	2
Compêndios para os alunos	0	2

Pais ³	2	8
Escolas/casas ⁴	0	2
Fiscalização do ensino	2	3
Competências dos professores ⁵	2	8
Baixa remuneração dos professores	1	6
Falta de regimento das escolas	0	1
Frequência das aulas ⁶	0	1
Frequência dos alunos nas aulas	2	0

Fonte: relatórios dos presidentes de província do Espírito Santo de 1833 - 1859 (site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo).

³“[...] é inegável que muitos obstáculos se opõem ainda à regular instrução da mocidade, e que nem todos eles podem ser removidos pelos professores, como sejam: [...] a indigência de muitos pais de famílias que além de obrigá-los a distrair frequentemente os meninos das escolas para serem empregados em trabalhos domésticos, os inibe de fornecer-lhes a roupa, livros, e outros objetos de primeira necessidade para que possam frequentá-las com aproveitamento” (LIMA, 1846, p. 8-9). Como esse, outros trechos nos relatórios do período 1846 a 1844 relacionam à “indigência” dos pais à recorrente ausência dos alunos nas aulas.

⁴“[...] é inegável que muitos obstáculos se opõem ainda à regular instrução da mocidade [...] como sejam: [...] 3º, a insuficiência das casas em que se acham estabelecidas algumas escolas [...]” (LIMA, 1846, 8-9). Conforme já informado por Damasceno (2017, p. 41) em linhas acima, no Brasil pós Ato Adicional de 1834 “[...] Comumente, as ‘aulas’ funcionavam nas casas dos próprios professores ou em outros lugares inadequados, seguindo uma metodologia de acompanhamento individual da criança, mesmo que o trabalho se desenvolvesse em turmas [...]”.

⁵“Concorrem para o mau estado da instrução a falta de pessoas habilitadas para o ensino; poucos são os professores que tem predicados precisos para poderem com vantagem exercer o magistério” (AZAMBUJA, 1852, p. 27 – 29).

⁶“Notei que as escolas à exceção de uma ou duas de fora da capital davam aula somente pela manhã: em regra esta prática era demasiadamente prejudicial porquanto passavam os meninos as tardes ou no ócio ou entretidos em divertimentos que os iam acostumando aos desvios da aplicação necessária ao seu futuro; fiz que cessasse semelhante procedimento, [...]” (AZEREDO, 1853, p. 25-28).

Pela Tabela 1 é possível perceber que comparando-se os períodos 1833 - 1844 (onze anos) e 1846 - 1859 (treze anos) há um aumento na frequência com que cada um dos problemas materiais relativos à instrução são mencionados nos relatórios, com exceção do último item mencionado, “Frequência dos alunos nas aulas”. Alguns desses temas nem são mencionados nos relatórios da primeira série de anos: “compêndios para os alunos”, “escolas/casas”, “falta de regimento das escolas” e “frequência das aulas”. Outros temas têm um aumento intenso da ocorrência nos relatórios, como é o caso de “Pais” e “Competências dos professores”, cada um deles quadruplicando em suas ocorrências nos relatórios de uma série para outra. Diante dessa diferença, se lança a seguinte pergunta: o que teria promovido o aumento considerável da preocupação das autoridades do Espírito Santo nos anos 1846 - 1859 (em comparação com o período 1833 - 1844) para com temas relacionados às condições materiais da instrução da província em tela?

Para responder essa questão, recorreu-se às trajetórias profissionais dos presidentes de província do Espírito Santo autores dos relatórios aqui analisados no período de 1846 a 1859, comparando-as com as dos presidentes de província da série de anos anterior (1833 a 1844), conforme apresentados na tabela abaixo:

Tabela 2: Trajetórias profissionais dos presidentes de província do Espírito Santo (1833 - 1859)

Trajetória profissional	Anos	
	1833 - 1844 ⁷	1846 - 1859 ⁸
Militares	28,57	9,09
Bacharéis	28,57	36,36
Bacharéis/Militares	14,28	0
Clérigos/Deputados	14,28	0
Militares/Deputados	14,28	18,18
Bacharéis/Deputados	0	27,27
Não encontrados	0	9,09
Total	100	100

⁷Sete indivíduos

⁸Onze indivíduos

Fonte: DAEMON (2010); IHGB; MONJARDIM (2003); SANTOS (2002).

Militares, bacharéis, deputados e um clérigo foram as ocupações encontradas nas duas séries de anos (1833 - 1844 e 1846 - 1859). Alguns presidentes ocuparam duas funções diferentes, como pode ser apreendido na Tabela 2. Na primeira série de anos, militares e bacharéis empatam, correspondendo cada categoria a quase um terço dos presidentes. Já na segunda, há o destaque para os que acumulam as funções de bacharéis e deputados, categoria inexistente na série anterior (1833 - 1844) mas que passou a corresponder a quase um terço dos presidentes nos anos 1846 - 1859. Destaca-se também a queda da importância da categoria dos militares que, no primeiro período, correspondiam a quase um terço dos presidentes e no segundo passam a corresponder a menos da décima parte dos presidentes de província do Espírito Santo.

Esses dados também permitem outro diagnóstico. Se, quanto à ocupação profissional, esses presidentes de província forem organizados nas categorias *deputados* e *não deputados*, surge a seguinte configuração:

Tabela 3: Trajetórias profissionais dos presidentes de província do Espírito Santo: deputados e não deputados (1833 - 1859)

Funções	Anos	
	1833-1844	1846-1859
Deputados	28,56	45,45
Não deputados	71,44	54,55
Total	100	100

Fonte: DAEMON (2010); IHGB; MONJARDIM (2003); SANTOS (2002).

Percebe-se que entre as duas séries de anos as categorias *deputados* e *não deputados* variam em 16,89 pontos percentuais, a primeira para mais e a segunda para menos. Ou seja, nos anos 1833 a 1844, os presidentes de província que anteriormente ocuparam a função de deputado eram menos de um terço do total

e nos anos 1846 - 1859 correspondem a quase metade dos presidentes de província. Em alguns casos, esses cargos de deputados foram na assembleia provincial, em outros na Assembleia Geral. A própria realidade pós Ato Adicional (1834) pode ser tomada como explicação para o aumento de 16,89% no quantitativo de presidentes já ocupantes de vagas parlamentares, uma vez que essa legislação cria as assembleias legislativas provinciais.

Sendo assim, nos anos 1846 a 1859 aumenta consideravelmente o quantitativo de presidentes de província do Espírito Santo com experiência pregressa na condução de processos envolvendo a administração do Estado imperial. Eram também, portanto, construtores da ordem imperial que se consolidava em meados do oitocentos. Nessa construção, por sua vez, a instrução pública tinha seu lugar. Conforme Damasceno, a partir do Ato Adicional de 1834 o Brasil experimentou

[...] um esforço mais significativo para atender à premissa de instruir as ‘classes inferiores’ como tarefa fundamental para a criação de uma nacionalidade própria [...]. Todavia [...] as condições das províncias para levar a efeito essa iniciativa eram as piores possíveis (DAMASCENO, 2017, p. 41).

Nos parlamentos provinciais e nacional, portanto, os deputados também debatiam temáticas envolvendo a instrução pública. A primeira legislatura da Assembleia Provincial do Espírito Santo evidencia essa realidade, como pode ser percebido na tabela abaixo:

Tabela 4: Ocorrência de temas nos debates na Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo (1835- 1836)⁹

Tema	Porcentagem
Administração Pública	15,15
Instrução pública	7,57

⁹ No Anexo I, estão informadas cada uma das falas dos deputados da Assembleia Provincial do Espírito Santo nos anos 1835 e 1836.

Obras públicas	7,57
Arrecadação	4,54
Terras/territórios	12,12
Política	7,57
Orçamento	13,63
Justiça/Segurança pública	13,63
Economia	4,54
Escravidão	6,06
Estradas	4,54
População	1,51
Saúde	1,51
Total	100

Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo. Atas da Assembleia Legislativa Provincial, 1835 - 1836.

Pela tabela é possível perceber que a “instrução pública” divide com “obras públicas” e a “política” o quarto lugar de tema mais debatido na Assembleia provincial do Espírito Santo nos anos 1835 e 1836, primeiros desse parlamento regional. O quantitativo de falas sobre a “instrução pública” é superior ao de temas como “escravidão”, “arrecadação” e “economia”. A delegação feita pelo Ato Adicional às províncias da responsabilidade pelas aulas de primeiras letras e maiores já era assumida, portanto, pelo parlamento do Espírito Santo em sua primeira legislatura. A par dessas discussões estava também José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, que já era deputado nessa legislatura e depois presidente da província do Espírito Santo nos anos de 1848, 1851 e 1858.¹⁰

45,45% dos presidentes da província do Espírito Santo nos anos 1846 a 1859, portanto, eram homens envolvidos previamente em debates referentes à realidade da instrução pública brasileira. Voltando ao caso da Assembleia do Espírito Santo em sua primeira legislatura, esses debates circundavam questões como fusão ou criação de aulas, situação da escola de primeiras letras e aulas para meninas. Sendo assim, quase metade dos

¹⁰ Monjardim ocupou a vaga de deputado provincial e presidente do Espírito Santo em outras ocasiões, mas para este estudo foram citados apenas esses três anos.

presidentes do período aqui analisado possuíam experiência com relação às situações concretas envolvendo a educação e por isso em seus relatórios presidenciais contemplam muito mais essas situações do que temas envolvendo o significado da instrução, referenciado em um ideal de civilização e na religião cristã.

5 CONCLUSÕES

Pela análise dos relatórios dos presidentes da província do Espírito Santo dos anos 1846 a 1859, constatou-se que, nessa série, no tocante à instrução pública, é consideravelmente maior a preocupação com temas relativos a questões materiais, como condições dos locais de aula, capacitação dos professores e frequência dos alunos às aulas. A explicação dessa mudança de perspectiva foi encontrada na alteração das proporções dos perfis profissionais dos presidentes nos anos 1846 a 1859 em comparação com o período 1833 a 1844.

Há um aumento significativo de presidentes que passaram pela experiência de ocupar uma vaga nos legislativos provincial ou nacional, o que expôs essas autoridades aos debates relativos às realidades social, econômica e política regional e nacional como negócios de Estado, incluindo nessas dimensões a instrução pública, vista no parlamento como uma fração da administração pública e não como um tema de discussão intelectualizada, como predomina nas falas dos presidentes de província do Espírito Santo nos anos 1833 a 1844.

AGRADECIMENTOS: Este artigo é produto de projeto de pesquisa financiado com recursos aprovados no Edital FAPES/CNPq nº 4/2017.

Figura 1: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES)



Fonte: FAPES (2019)

Figura 2: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)



Fonte: CNPq (2019)

REFERÊNCIAS

- AZAMBUJA, J. B. N. **Relatório**. Vitória: Typografia capitaniense de P. A. de Azeredo, 1852.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO. **Atas da Assembleia Legislativa Provincial**. 1835 - 1836.
- BARROS, J. M. F. P. **Relatório**. Vitória: Typografia Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1857.
- BEDIAGA, B. Discreto personagem do império brasileiro: Luís Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro (1818-1886). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 381-405, maio/ago. 2017.
- BELLO, W. O. **Fala**. Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1843.
- BONTEMPI JR, B. História da educação e História política. In: LINHARES, M. A.; (Org.); FONSECA, T. N. L. E. (Org's.). **Diálogos da História da Educação**. 1. ed. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2017.p. 39 - 56.
- CASTANHA, A. P. O Ato Adicional de 1834 e a instrução elementar no império:

descentralização ou centralização? 2007. 558f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade de São Carlos, São Carlos, 2007.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

COOMBS, Ph. H. & AHMED, M. **Attaking Rural Poverty: Hownonformal Education Can Help**. Baltimore Md: John Hopkins University Press, 1974.

COUTINHO, José Maria. **Uma História da Educação no Espírito Santo**. Vitória: DEC, 1993.

COUTO, J. L. S. **Discurso**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1838.

_____. **Fala**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1840.

DAEMON, B. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

DAMASCENO, A. A instrução no grão-Pará imperial: do ato adicional de 1834 ao relatório Gonçalves Dias. **Revista brasileira de história da educação**, Maringá, v. 17, nº 1, p. 37 - 64, 2017.

FERRAZ, L. P. C. **Relatório**. Rio de Janeiro: Typ. do Diário de N. L. Vianna, 1848.

GONTIJO, C. M. M. **Alfabetização na história da/o província/estado do Espírito Santo (1878 a 1930)**. Pesquisa 2008. Centro de Educação, Departamento de Linguagem, Cultura e Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008.

GOULARTE, R. S. As propostas e projetos do governo provincial para com a instrução pública no Espírito Santo no alvorecer do império brasileiro. **Ifes Ciência**, v. 4, n. 1, p. 43 - 57.

_____. A “fonte da felicidade”: a instrução pública na província do Espírito Santo (1833-1844). **Revista de História e Historiografia da Educação 2018**, Curitiba, v. 2, n. 6, p. 25 - 49. 2018.

ITAMERIM, Barão de. **Relatório**. Vitória: Tipografia Capitiense de P. A. d’Azeredo, 1856.

_____. **Relatório**. Vitória: Tipografia Capitiense de P. A. d’Azeredo, 1857.

José Maurício Fernandes Pereira de Barros. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/jmfpereirabarros.html>>. Acesso em: 10 de Abril de 2019.

LEAL, F. J. P. **Relatório**. Vitória: Typografia Capitiense de P. A. de Azeredo, 1850.

LIMA, J. M. S. **Falla**. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de F.M. Ferreira, 1846.

MATTOS, S. R.; MACEDO, J. M. O **Brasil em lições: a história como disciplina escolar**. Rio de Janeiro: Access, 2000.

MONJARDIM, L. P. **História Política da família Monjardim**. Vitória: Lei Rubem Braga, 2003.

MONJARDIM, J. F. A. A. **Fala**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. De J. Villeneuve e Comp., 1845.

NUNES, S. M. N. **Relatório**. Vitória: Typographia Capitiense de P. A. d’Azeredo, 1854.

_____. **Relatório**. Typographia Capitiense de P. A. d’Azeredo, 1855.

OLIVEIRA, J. J. **Relatório**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1836.

OLIVEIRA, J. J. M. **Fala**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1841.

PEREIRA, M. A. **Exposição**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1836.

PINTO, A. P. **Relatório**. Vitória: Typ. Capitiense de P. A. de Azeredo, 1848.

PONTES, M. J. P. S. **Relatório**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1833.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 12 edição. São Paulo: Cortez: autores associados, 1992.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 36ª edição. Petrópolis: Vozes, 2010.

SANTOS, E. F. O território do Espírito Santo no fim da era colonial. In: BITTENCOURT, G. **Espírito Santo: um painel da nossa história**. Vitória: Imprensa Oficial, 2002. p. 123-154.

SCHNEIDER, O. Educação e instrução na província do Espírito Santo. IN: GONDRA, J. G.; SCHENEIDER, O. (org's.). **Educação e instrução nas províncias e na corte imperial (Brasil, 1822-1889)**. Vitória: Edufes, 2011.p. 239 - 270.

SILVA, E. L. S. **Relatório**. Vitória: Typographia Capitiense de P. A. de Azeredo, 1853.

SIQUEIRA, A. J. **Relatório**. Vitória: Typ. Capitiense de P. A. de Azeredo, 1849.

VELLOSO, P. L. **Relatório**. Vitória: Typ. Capitiense de Pedro Antonio d'Azeredo, 1859.

APÊNDICES

FALAS DOS DEPUTADOS DA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA PROVINCIAL DO ESPÍRITO SANTO¹¹

DEPUTADO	DEMANDA	SESSÃO
Dionísio A. Resendo	Pedir ao governo documentos do extinto Conselho Geral	03/02/1835
Dionísio A. Resendo	Projeto de resolução autorizando a Câmara Municipal de Vitória a demolir parte do antigo Forte do Carmo para abertura de uma rua	19/02/1835
Dionísio A. Resendo	Inutilidade da Alfândega	28/02/1835
Dionísio A. Resendo	Arrendamento de terras	30/03/1835
Dionísio A. Resendo	Felicitação ao Regente	21/01/1836
Dionísio A. Resendo	Governo esclarecer quantias destinadas às Câmaras	04/02/1836

¹¹não contempla as sessões de 1837 em virtude dessas atas não terem sido encontradas.

Dionísio A. Resendo	Informação da quantia destinada às obras públicas em anos anteriores	04/02/1836
Dionísio A. Resendo	Indenização de obras públicas	11/02/1836
Dionísio A. Resendo	Regulação dos vencimentos de ordenados dos empregados provinciais quando impedidos ou deixarem seus empregos	17/11/1836
Dionísio A. Resendo	Perguntar ao presidente a quantia despendida na obra da Casa da administração das rendas provinciais	19/11/1836
Dionísio A. Resendo	Perguntar ao presidente se os párocos da província teriam a mesma licença que os demais empregados provinciais	24/11/1836
Dionísio A. Resendo	Oficiar ao presidente para que exija do juiz de paz de Itapemirim informações à Assembléia sobre o processo concernente a um	26/11/1836

	assassinato	
Dionísio A. Resendo	Pedir à Câmara Legislativa Geral para o Espírito Santo ter mais um deputado	28/11/1836
Manoel da Siqueira	Arrematação das vendas provinciais em Asta Pública	23/02/1835
Manoel da Siqueira	Ajuntar a aula de francês e retórica à aula de Gramática da Capital	23/02/1835
Manoel da Siqueira	Governo informar da quantia do rendimento das últimas rematações dos contratos da província pela extinta junta da Fazenda	06/02/1835
Manoel da Siqueira	Pedir informação ao presidente da província sobre o potencial dos rios do Espírito Santo	07/02/1835
Manoel da Siqueira	Pedido de Comissão para revisão do Relatório do Presidente da Província	08/02/1835
Manoel da Siqueira	Criação de uma Companhia de Ligeiros	08/02/1835
Manoel da Siqueira	Proibição de que lavradores que não tenham mais de oito escravos ou jornaleiros levarem fábricas de açúcar	08/02/1835
Manoel da Siqueira	Criação de Guardas de Polícia	12/02/1835
Manoel da Siqueira	Apoiar a Câmara Municipal de Nova Almeida diante da fala do presidente da província que propunha o aniquilamento dessa câmara	13/02/1835
Manoel da Siqueira	Projeto para apanhar escravos fugidos	03/02/1836
Manoel da Siqueira	Oficiar ao vice-presidente da província para esse tomar acento na Assembléia	31/10/1836

	Provincial	
Manoel da Siqueira	Aumento das côngruas dos vigários das freguesias da província	31/10/1836
Manoel da Siqueira	Projeto autorizando o governo a convidar formados em direito para se estabelecerem na cidade com banca de advocacia, com ordenado e ajuda de custo	02/11/1836
Manoel da Siqueira	Gastos do governo provincial com a Casa da Tesouraria das Rendas Provinciais	03/11/1836
Manoel da Siqueira	Restrição do número de juízes de paz	08/11/1836
Manoel da Siqueira	Providências do Presidente quanto à captura de escravos fugidos	09/11/1836
Manoel da Siqueira	Divisão de pedestres	09/11/1836
Manoel da Siqueira	Pagamento do dízimo da cultura agrária	09/11/1836
Manoel da Siqueira	Pedir ao presidente da província informação das quantias dadas às Câmaras e cópia do tombamento de seus patrimônios e o valor do rendimento anual	23/11/1836
Fraga Loureiro	Providência sobre a escola de primeiras letras	08/02/1835
Fraga Loureiro	Extinção dos títulos de sesmarias, não cultivadas no prazo de dez anos, nas margens do Rio Doce	11/02/1835
Fraga Loureiro	Criação de Guardas de Polícia	12/02/1835
Fraga Loureiro	Privilegio de 10 anos para o empreendedor que estabelecesse tipografia na província para imprimir os papéis	14/02/1835

	da pública administração	
Fraga Loureiro	Extinção das sesmarias às margens do Rio Doce	16/02/1835
Fraga Loureiro	Providências do presidente da província contra o desembarque de africanos no Espírito Santo	28/02/1835
Fraga Loureiro	Instrução das guardas nacionais	28/02/1835
Fraga Loureiro	Criação de uma tesouraria provincial	28/01/1836
Fraga Loureiro	Criação de uma tesouraria provincial	28/01/1836
Fraga Loureiro	Perguntar ao Governo Provincial sobre a estrada de Minas	04/02/1836
Fraga Loureiro	Governo ordenar ao empresário a limpa da estrada de Minas	10/02/1836
Azambuja Suzano	Pedir ao Governo esclarecimentos sobre a obra do palácio	10/02/1835
Azambuja Suzano	Autoriza Presidente da província a fazer nova e melhor divisão dos terrenos e Comarcas	10/02/1835
Azambuja Suzano	Autoriza presidente da província a construir igreja no centro do povoado de Maricarará	16/02/1835
Azambuja Suzano	Permissão para o presidente da província construir igreja com recursos da Fazenda Pública	16/02/1835
Azambuja Suzano	Projeto de resolução suprimindo a aula que rege o professor de primeiras letras Ignácio Santos Pinto, incorporando-a ao ensino mútuo	26/02/1835
Azambuja Suzano	Perguntar ao presidente da	27/02/1835

	província os obstáculos à concessão de sesmarias no Rio Doce e em toda província	
Azambuja Suzano	Pedir ao presidente da província estatística nominal dos fogos em cada distrito de todas as freguesias da Província	22/11/1836
João Clímaco	Propõe criação de aula de meninas	11/02/1835
João Clímaco	Estabelece número e vencimento dos empregados da secretaria do governo	11/02/1835
João Clímaco	Estabelece ordenado dos Juizes de Direito da Província	11/02/1835
João Clímaco	Exigir esclarecimento do governo sobre o estado da estrada de Minas	16/02/1835
João Clímaco	Pedir ao governo informações das participações oficiais pela morte do preso Joaquim Róis Fess	16/02/1835
João Clímaco	Requer que a Assembléia tenha duas comissões permanentes	31/10/1836
João Clímaco	Oficiar ao presidente da província para que mande patrulhar a cidade pelas guardas nacionais durante a noite	10/11/1836
Duarte Carneiro	Projeto de Lei sobre impostos	08/02/1835
Duarte Carneiro	Indica que o projeto sobre sesmarias não cultivadas seja levado à Assembléia Geral	27/02/1835
Duarte Carneiro	Providências para recolhimento dos enfermos morféticos	28/02/1835
Duarte Carneiro	Requer que os projetos tendentes	29/03/1835

	a povoar a estrada de Minas e dar de propriedade os terrenos aforados por vinte anos fossem levados à Assembleia Geral	
Ayres Tovar	Formação de uma guarda de polícia	17/02/1835
Ayres Tovar	Presidente da província dar providências quanto aos escravos fugidos	06/02/1836
Ayres Tovar	Presidente da Província informar sobre as quantias que os vigários receberam para o reparo das matrizes	23/11/1836
José Pimentel	Pedir ao presidente da província os mapas estatísticos	21/11/1836

	ou a divisão antiga dos distritos	
Manoel Pinto Rangel e Silva	Requer saber da tesouraria provincial por quanto foi arrematado o décimo do açúcar exportado	15/01/1836
Joaquim da Silva Caldas	Criação de aula de gramática latina na Vila de São Mateus	12/02/1835

Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo. Atas da Assembleia Legislativa Provincial, 1835-1836.